

EQUIDADE DE GÊNERO NA GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO APA

Igualdad de Género en Integrado Cuenca Apa

Áurea da Silva GARCIA¹

Daniella de Souza MASSON²

Elinalva Silva de LIRA²

Resumo: O presente artigo apresenta lineamentos sobre equidade de gênero no âmbito do Plano de Gestão previsto no Projeto de Gestão Integrada da Bacia do Apa (GIAPA). Foi possível identificar a percepção, pertencimento, identidade e participação de lideranças, relacionando-as quanto aos usos, dificuldades e necessidades dos recursos naturais em assentamentos, aldeias indígenas e distritos. Na área urbana foram envolvidos os responsáveis pelas políticas públicas e por ações locais - governamentais e não governamentais, com ênfase as dirigidas às mulheres, dado a necessidade de equilíbrio nos processos gestão, principalmente da água.

Palavras-chave: Mulheres, água, bacia transfronteiriça, participação.

Resumen: Este artículo presenta las directrices sobre la equidad de género en el plan de gestión del proyecto Gestión Integrada Apa Cuenca (Giapa). Fue posible identificar las percepciones, la pertenencia, la identidad y la participación de los dirigentes, sobre ellos en cuanto a los usos, los problemas y las necesidades de recursos naturales en los asentamientos, pueblos y distritos indígenas. En el área urbana con los responsables de las políticas públicas locales y las instituciones - gubernamentales y no gubernamentales, con énfasis en las dirigidas a las mujeres, los necesarios para equilibrar en la toma de decisiones, especialmente en la gestión del agua.

Palabras claves: Mujeres, agua, cuencas transfronterizas, participación.

Contextualização

A Bacia Transfronteiriça do Rio Apa está localizada na Bacia do Prata, especificamente, no extremo sul da Bacia do Alto Paraguai (BAP) na parte sudoeste do Mato Grosso do Sul e em parte do Paraguai, compreendendo uma área física de

¹ Turismóloga, Mestre em Ensino e Ciências - Educação Ambiental. Diretora Presidente da ONG Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN). E-mail: aureasgarcia@gmail.com. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul (GEPEA-MS) <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0870708SZ82BJS>.

² Acadêmicas do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: daniellasouzamasson@hotmail.com, elinalvasilvalira@hotmail.com

15.617,53 km². A maior parte da extensão da bacia encontra-se no Brasil, que constitui 12.181,31 km², na parte do Paraguai são 3.436,22 km² (ANA, 2005), conforme Figura 1. Por sua vez a Bacia do Paraguai, Paraná e Uruguai conformam a Bacia do Prata, a segunda maior bacia hidrográfica em extensão do Planeta, abarcando mais de 130 milhões de habitantes.



Figura 1: Localização Bacia do Rio Apa.

Fonte: BROCH, 2008.

Os municípios que integram a Bacia Transfronteiriça do Apa no estado de Mato Grosso do Sul são Antônio João, Bela Vista, Bonito, Caracol, Jardim, Ponta Porã e Porto Murtinho; e na parte do Paraguai os municípios de Bella Vista Norte e Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay; e os municípios de Concepción, San Carlos del Apa e San Lázaro, no departamento de Concepción (ANA, 2005), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – População, área e porcentagem dos Municípios que compõem a Bacia Transfronteiriça do Apa

Estado/ Departamento Município	População	Superfície total (Km ²)	Superfície na Bacia (Km ²)	% superfície municípios na Bacia
Mato Grosso do Sul				
Antônio João	8.329	1.145,175	674,61	58,98%
Bela Vista	23.395	4.892,603	4.895,54	100,00%
Bonito	19.985	4.934,414	312,057	6,32%
Caracol	5.520	2.940,251	2.938,67	100,00%
Jardim	24.619	2.201,515	181,23	8,23%
Ponta Porã	80.433	5.330,448	163,62	3,07%
Porto Murtinho	15.683	17.744,405	7.850,99	44,27%
Concepción				
Concepción	76.378	9.606,16	630,87	6,57%
San Carlos	200	1.641,420	1242,73	75,71%
San Lázaro	9.101	1.081,220	513,56	47,50%
Amambay				
Bella Vista Norte	10.267	3.670,700	866,34	23,60%
Pedro Juan Caballero	122.874	5.272,820	182,72	3,47%

Fonte: dados brasileiros: população estimativa 2012 (IBGE, 2013); superfície e % de área dos municípios na bacia (PERH/2010); dados paraguaios: população e superfície (GIAPA, 2011)

Em 2011 foi criada a municipalidade de Sargento José Félix López (Ley 4.418 de 07/09/2011) sediada na localidade Puentesño, no Departamento de Concepción (PODER LEGISLATIVO, 2013).

Os municípios de Bonito, Jardim e Ponta Porã, do lado brasileiro, e as municipalidades de Concepción e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, que contam com as maiores populações não estão na área física da bacia. Entretanto, influenciam diretamente na gestão da bacia, dado que do lado brasileiro são cidades polos e, do paraguaio, são sedes administrativas dos departamentos, todas com capacidade instalada.

No histórico da Gestão da Bacia Fronteiriça do Apa, limite geográfico entre Brasil e Paraguai, é possível listar inúmeras ações coordenadas por instituições governamentais e não governamentais desde a Declaração Conjunta de Buenos Aires (1967), o Tratado da Bacia do Prata (1969) promulgado pelo Decreto nº 67.084 (1970), o qual aprova o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Plata), aos dias atuais.

O Tratado da Bacia do Prata – Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai -, destaca no seu artigo 1º que os partícipes devem conjugar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável, com a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos ou instrumentos (CNRH, 2013).

Com a mobilização e discussão da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) iniciaram as negociações no âmbito do Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguaiⁱ, foram executados 44 subprojetos nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com a participação de organizações governamentais e não governamentais. Dentre os subprojetos, destacamos o de “Avaliação dos Recursos Hídricos da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa”, coordenado pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (Cidema).

A partir deste projeto e de outras iniciativas, o Cidema estabeleceu uma rede de contatos junto aos municípios, governos estadual e federal, e sociedade civil da bacia no lado brasileiro e no lado paraguaio, com visitas, reuniões e eventos técnicos, nos quais foram discutidos e esboçados alguns documentos base. Como resultados dessas articulações, a participação na Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), com a aprovação da Moção nº 14 (11/12/2002) específica sobre a Gestão da Bacia do Apa (CNRH, 2013).

Com base na Moção nº 14 e de outros documentos, iniciou-se a negociação do “Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa – Acordo do Apa”, ratificado no Paraguai mediante a Lei Nacional nº 3.465 (21/04/2008), e no Brasil, pelo Congresso, o Decreto nº 601 (24/09/2009) e no Executivo, o Decreto nº 7.170 (06/05/2010).

Além do projeto específico sobre a Avaliação do Apa, o Cidema desenvolveu o Coletivo Educadorⁱⁱ, bem como outras instituições atuam na região com pesquisas e publicações, formação, mobilização e organização de grupos em prol da gestão da bacia, tais como Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade

Federal da Grande Dourados (UFGD), as ONGs Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), Vida Pantaneira, Ecoa – Ecologia em Ação, Núcleo do Ecomunicadores dos Matos (NEM), Rede Pantanal, Rede Aguapé de Educação Ambiental para o Pantanal, dentre outras organizações (MUPAN, 2010).

Neste sentido a Educação Ambiental tem sido uma das estratégias para manter e fortalecer a animação e a mobilização na bacia como um processo permanente, por meio de pesquisas, formações e organização de grupos.

Especificamente sobre a Bacia do Apa foram produzidos materiais paradidáticos no âmbito do projeto “Pé na Água”ⁱⁱⁱ, coordenado pela UFMS, elaborados coletivamente por pesquisadores, educadores da rede municipal e estadual de ensino e lideranças dos municípios.

A Mupan, a Rede Aguapé e o NEM, com o apoio do Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA)^{iv} e Comitê Holandês (EGP IUCN NL)^v, realizaram ações diretas nos 12 municípios (Brasil e Paraguai) com oficinas de Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico e Educomunicação. Dessas intervenções resultaram a organização do Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteira (GEASF)^{vi} e o fortalecimento do Consejo de Agua de la Cuenca Hidrográfica del Río Apa^{vii}, do lado paraguaio.

Dando continuidade ao processo de formação continuada, foi proposto e aprovado no mês de novembro de 2012, junto ao *Programa Ecosystem Alliance (EA) Wetlands Internacional, IUCN e Both ENDS*, e coordenado pela ONG Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal, o projeto Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental. Dentre as parcerias, com a UFMS, entidade que certificará o curso a partir de uma ação de extensão, com 180 horas na modalidade à distância. Serão ofertadas em um primeiro momento 150 vagas para conselheiros e membros dos diversos espaços constituídos (conselhos, comissões, ONGs, movimentos sociais) e diferentes temáticas (saúde, educação, planejamento, saneamento, assistência social, dentre outros).

Dado às articulações têm-se mantido um processo permanente de mobilização na bacia do Apa atendendo as diretrizes do Acordo do Apa, nas quais instituições animam o processo para a gestão da bacia.

Outra iniciativa, o projeto “Gestão Integrada da Bacia do Apa (GIAPA)” tem o objetivo de melhorar a condição do ambiente e a qualidade de vida da população assentada na bacia hidrográfica do rio Apa. Co-financiado com recursos da União Europeia, coordenado pela Prefeitura de Ponta Porã, no lado brasileiro, e do Departamento de Amambay e a ONG *Paz y Desarrollo*, do lado paraguaio, possibilitou a atualização, ampliação e sistematização de informações sobre a Bacia, bem como intervenções diretas (implantação de viveiros e base de pesquisa, plano de saneamento, adequação de instrumentos de gestão, organização do Grupo Pró-Apa, etc.). Foram realizados diagnósticos sobre biodiversidade, recursos hídricos, recursos florestais, solos, sócio economia e sócio antropologia, além de um marco local, os quais demandaram uma equipe multidisciplinar dos dois países.

Na proposta inicial do GIAPA, a questão de gênero deveria permear todos os diagnósticos, entretanto, devido às dificuldades de contemplar a transversalidade optou-se em realizar o diagnóstico específico quanto a Equidade de Gênero na Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa, que objetivou a elaboração um documento de lineamentos sobre equidade de gênero a ser incorporados no Plano de Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa, considerando a diversidade social, cultural, ambiental, política e econômica.

O diagnóstico foi realizado nos meses de agosto a novembro de 2012 nos municípios de: Antônio João, Bela Vista, Caracol, Ponta Porã e Porto Murtinho, envolvendo lideranças da área rural de comunidades indígenas, assentamentos, distritos, colônias. Na área urbana, autoridades responsáveis pelas políticas públicas para mulheres e assistência social além de lideranças. Do lado paraguaio foi realizado um estudo de similares características na zona de intervenção do projeto.

Resultados e discussões

Para a coleta de dados foram realizadas cinco saídas a campo e aplicados 49 instrumentos de coleta (roteiro de entrevista), além de três gravações para posterior análise. Os três diferentes roteiros foram direcionados para as comunidades 1) indígenas; 2) assentados e lideranças urbanas; e 3) autoridades responsáveis pelas políticas públicas para as mulheres.

Os roteiros foram estruturados em três categorias – água, gênero e participação, para transversalmente levantar informações sobre: gênero, relação familiar e social, pertencimento, identidade e participação. Nos roteiros para as autoridades contemplaram as questões institucionais, tais como participação da mulher na administração municipal, programas sociais e políticas para mulheres.

Os roteiros foram elaborados para lideranças do sexo feminino, entretanto, dado a dinâmica das entrevistas participaram mulheres, homens e casais.

Foram realizadas oito entrevistas nas comunidades indígenas; 28 entrevistas com lideranças da área rural – assentamentos, distritos e colônias; dez entrevistas com lideranças da área urbana; e, seis com autoridades locais responsáveis pelas políticas para mulheres. Dessas entrevistas, três não foi utilizado o roteiro de entrevista, somente gravação em vídeo e posteriores análises. Envolvendo assim, 35 mulheres, oito homens e nove casais, totalizando 61 pessoas envolvidas diretamente (Tabela 2).

Tabela 2: Panorama das entrevistas

Municípios	Localização	Entrevistadas(os)		
		Feminino	Masculino	Casal
Antônio João	Autoridade municipal	1		
	Assentamentos Vera Nilda	3		1
	Assentamentos Bagagem	1	1	2
	Aldeias Campestre e Cerro Marãngatu	1	2	
Bela Vista	Autoridade municipal	1		
	Lideranças urbanas	5	1	
	Assentamento Caracol			3
	Assentamento Barra do Itá	1	1	
	Assentamento Santa Mariana - Nery Volpato	4		
	Aldeia Pirakuá	3		
Caracol	Autoridade municipal	1		
	Lideranças urbanas	1	1	
	Distrito Alto Caracol	2		
Ponta Porã	Autoridade municipal	1		
	Lideranças urbanas	1		
	Distrito Cabeceira do Apa	2	1	
	Aldeia Kokue'i			2
Porto Murtinho	Autoridade municipal	1		1
	Lideranças urbanas	1		
	Colônia Cachoeira do Apa	3	1	
	Colônia Ingazeira	1		
	Colônia Bocaiúva	1		
Total		35	8	9

Assim, em Antônio João foram visitados os Assentamentos Vera Nilda e Bagagem, e as Aldeias Campestre e Cerro Marãngatu; em Bela Vista, os Assentamentos Caracol, Barra do Itá e Santa Mariana – Nery Volpato, e Aldeia Pirakuá; em Caracol, o Distrito Alto Caracol; em Ponta Porã, o Distrito Cabeceira do Apa e Aldeia Kokue'i; em Porto Murtinho, as Colônias Cachoeira do Apa, Ingazeira e Bocaiúva.

Para os municípios de Bonito e Jardim foram considerados somente os aspectos políticos, dado que, mesmo sem assentamentos humanos na área da bacia, as decisões políticas influenciam na sua gestão.

Os municípios da Bacia do Apa constituem-se significativamente de população rural, distribuídas em assentamentos, distritos, colônias e aldeias, com densidade populacional de aproximadamente 7 hab/km² (GIAPA, 2011), do lado brasileiro variando de 0,87, em Porto Murtinho à 14,61 hab/km², em Ponta Porã (IBGE, 2013).

A média de 3,5 moradores por residência considerando todas as entrevistas, entretanto ao analisar somente as comunidades indígenas a média de moradores por residência é 7,5. Quanto à naturalidade e tempo de moradia, 25 entrevistados declararam ser natural da Bacia do Apa, 12 dos municípios da região sul e sudoeste de Mato Grosso do Sul e seis de fora do estado (São Paulo, Paraná e Bahia). Mesmo os de fora do Estado, com mais de dez anos, se declararam totalmente integrados na região do Apa.

Quanto a escolaridade foram observados 22 entrevistados(as) com ensino superior; nove com ensino médio; 15 cursando o ensino fundamental (1º ao 9º); uma pessoa que nunca estudou; e três que não responderam.

Foram elaboradas questões para levantar o pertencimento, identidade e participação em relação à Bacia do Apa, a partir da percepção ambiental quanto aos recursos naturais, principalmente água e resíduos sólidos.

Para a água as palavras “tudo” e “vida” foram as respostas mais frequentes quando perguntados “o que significa água?”. Outras expressões foram: vital, essencial, água para beber, fundamental, tudo na vida, que sem água não se vive, fonte de todas as riquezas, entre outras utilizadas para descrever a água. Sobre as lembranças de infância em relação à água, a maioria citou: felicidade, banho de rio,

contato com a natureza - mata ciliar, abundância. Buscar água para beber de longas distâncias e lavar roupa no rio foram citadas como boas lembranças, laços familiares e contato com a natureza.

Quando questionados sobre enchentes ou secas, a grande maioria atribui ao ser humano, como consequência das queimadas, falta de mata ciliar, má distribuição, planejamento, fatores climáticos, prolongadas estiagens, obra divina, etc. Entretanto, foi possível observar que os entrevistados que tiveram contatos ou moram na planície compreendem os pulsos, como necessário para a renovação da vida no Pantanal.

Na área urbana, relacionam o abastecimento como melhora na qualidade da água, entretanto citam o assoreamento e a contaminação dos cursos d'água como diminuição da quantidade e qualidade. Relacionaram vários problemas de saúde ocasionada pelas águas poluídas, citando doenças como diarreias, vômitos, dor de cabeça, desnutrição, cólera, infecções, problema na vesícula, entre outros.

Foi verificada que nas comunidades rurais a queima do lixo é prática comum entre as comunidades, evitando assim a dispersão e a ingestão pelo gado, principalmente de plásticos.

As latas de alumínio normalmente são doadas para pessoas da comunidade que as comercializam, em menor quantidade as garrafas PET (politereftalato de etileno). Os restos de alimentos são usados para alimentação de animais domésticos e adubação de hortas e jardins. Entretanto, não foi identificada nenhuma iniciativa de produção de adubo orgânico. Todas as áreas urbanas são atendidas pela coleta (caminhões e tratores), mas mencionam que a coleta seletiva é praticamente inexistente, que somente são recolhidos pelos catadores de rua o alumínio e PET.

Quanto às ações para a Gestão da Bacia do Apa, 22 pessoas responderam positivamente, citando projetos e eventos: Pé na Água, Giapa, Mupan, Consórcio Binacional, Parque Municipal, Cidema, além de ações pontuais, como reflorestamento e limpeza do rio.

Especificamente sobre as ações do Projeto Giapa, somente as pessoas diretamente envolvidas na área de meio ambiente dos municípios ou que participaram das oficinas e palestras mencionaram conhecer o Projeto.

Para elaborar o panorama das formas e espaços de participação em organização ou coletivos foram citados os conselhos (22) de diversas áreas; coletivos religiosos (16); associação de local e de produtores (15); organizações não governamentais (12) projeto sociais (5); e empresas (4).

As escolas foi o espaço mais citado, pelas lideranças urbanas e rurais, como locais que utilizam para eventos, seguido das associações locais e igrejas. Nas sedes dos municípios citaram espaços administrados pelos governos municipais.

Sobre os meios de comunicação presente no dia-a-dia para acessarem informações, a televisão e o celular são os mais utilizados, sendo citados 42 vezes cada um. Seguido pelo rádio (40) computador com internet (23); telefone fixo ou orelhão (11); computador (9); e jornais e revistas (5). O acesso radiofônico é de emissoras do Brasil e do Paraguai.

Em todas as comunidades rurais (aldeias, assentamentos e distritos) têm acesso à telefonia fixa ou móvel, mesmo que via rádio (antena) e no caso das aldeias, também o rádio amador (aldeias).

Independente da diversidade cultural, na região do Apa perpassa a fronteira administrativa, independente da língua, credo religioso, preferência sexual ou político, sendo o tema Rio Apa, motivadores de ações com a participação e fomento de indivíduos, grupos organizados.

Nas comunidades rurais, as datas comemorativas são motivos para reunir os vizinhos e fortalecer os vínculos, com novenas, música, churrasco, tereré e muita animação.

A Bacia do Apa, do lado brasileiro possui pouco mais de 12.000 km², entretanto, com uma diversidade socioambiental considerável, Biomas Cerrado, Pantanal com a incidência do Chaco e áreas de transição da Mata Atlântica.

Na área rural, dos quintais, ainda é possível conviver e apreciar a exuberância da biodiversidade, entretanto, o acesso à água ainda é limitado para algumas famílias, comprometendo o sonho de usufruir e produzir no seu pedaço de terra. A princípio as relações sociais, inclusive com os vizinhos são harmônicas, com alguns aspectos que se perderam nos centros urbanos o sentir os pés na terra, na grama, na água, os cheiros, os barulhos são outros – o contato com a natureza.

Gênero e Relação Familiar

Avaliando as questões de gênero e as relações familiares quando questionado a principal fonte de renda da família, no universo das 52 entrevistas, mantêm equilibrado. Ainda quanto à renda familiar dos entrevistados, os que se mantêm somente com benefícios sociais recebem menos de R\$ 600,00, desses, quatro são moradores em assentamentos de Bela Vista e Antônio João, e um da aldeia de Ponta Porã. Os entrevistados com renda familiar acima de R\$ 2.000,00 citaram que os membros da família são funcionários públicos, aposentados, empresários e pequenos produtores. Nas comunidades indígenas, dos seis que responderam a pergunta, somente um está abaixo de R\$ 600,00; e, uma família com rendimento acima de R\$ 2.000,00.

Em relação à titularidade do imóvel, ou seja, no nome de quem está a propriedade que a família mora, nos assentamentos e área urbana, observa-se que 16 pertencem ao marido e 15 pertence às mulheres, sete são de terceiros (alugada, arrendada ou empréstimo) e cinco não responderam. As entrevistas realizadas junto às comunidades indígenas não são consideradas na análise quanto à titularidade, já que envolve outro contexto, área demarcada (Campestre e Pirakuá) ou área em litígio (Cerro Marangatú e Kokue'i).

Buscando identificar como se dá o processo de decisão na família, 32 entrevistados responderam que a tomada de decisão é familiar/coletiva; 7 mencionaram que a decisão é pessoal/individual, ou seja, somente a mulher ou o marido toma a decisão; 5 não responderam. Para confrontar o processo de decisão, elaborou-se a pergunta sobre quem faz a aquisição de bens de consumo, como por exemplo, a geladeira, televisão. Assim, 26 mencionaram que a compra é familiar/coletiva; 6 mencionaram o marido; 8 mencionaram a mulher; e 4 não responderam.

A partir dessas respostas é possível observar que não mantêm um mesmo padrão, diminuindo a decisão coletiva na compra de bens de consumo, ampliando de 7 para 14 a decisão individual. E ainda, sobre a aquisição de bens, foi possível observar respostas diferentes em um primeiro momento entre o casal, somente depois mencionavam a decisão familiar/coletiva.

Sobre os afazeres domésticos, 20 mencionaram que são compartilhados, principalmente por áreas de afinidade, tanto pelo marido como pela mulher, em alguns casos com a participação dos filhos; os demais responderam não ou se calaram.

Quando questionados de quem é a responsabilidade de prover alimentos para a família, 27 mencionaram que o papel é da mulher e do marido (ambos); 9 que essa responsabilidade é do marido; uma pessoa que é responsabilidade da mulher; e uma não respondeu. Nos cuidados com a saúde e educação a situação se inverte, sendo atribuída a responsabilidade 12 a mulher, 1 ao marido, 25 a ambos, 3 ao governo e 3 não responderam.

Da mesma forma que as questões sobre decisão, alimentos, educação e saúde foram propostas exatamente para confrontar as respostas com destaque para os casais. A maioria atribuiu ao homem a provisão de alimentos e à mulher os cuidados com a educação e saúde da família.

A partir da análise dos questionamentos quanto a gênero e relação familiar é possível observar que ainda mantém a cultura machista e sexista, com a visão que a mulher é responsável pela casa e cuidados com saúde e educação; que apesar do discurso de tomada de decisão em alguns casais a realidade difere-se nos diferentes grupos sociais.

Para levantar os conhecimentos quanto a gênero e relações sociais junto às lideranças da área rural (assentamentos, distritos e colônias) e urbana, foram elaboradas perguntas sobre a equidade de gênero, aqui sistematizada a partir das respostas de 37 entrevistas, para os quais se utilizou um roteiro.

Uma das perguntas elaboradas para a identificação de lideranças foi para citar três nomes de lideranças da comunidade. A questão objetivou identificar as “lideranças femininas” sem interferência, sendo obtidos 65 nomes masculinos contra 60 femininos.

Foi possível observar que as pessoas que tinham clareza do significado das questões de gênero já citavam nomes de mulheres. Os demais não identificaram nomes femininos. Na sequência a pergunta era direta “indique três mulheres que você considera liderança”. Nas comunidades indígenas citaram dez nomes masculinos, identificando primeiramente o capitão, e seis femininos.

Quando questionado sobre se já ouviram falar em questões de gênero ou equidade gênero, 22 responderam não e 15 responderam sim. Dos que responderam sim, 9 obtiveram as informações em escola ou faculdade, 4 na mídia (televisão, computador, rádio), e 2 em palestras e movimentos sociais. Neste grupo analisado foram excluídas as pessoas responsáveis pelas políticas para mulheres – autoridades municipais, considerando que as mesmas já desenvolvem e atuam com as questões de gênero.

Na sequência foi solicitado que falassem o significado de gênero ou equidade gênero. Dos 15 que anteriormente responderam sim, 9 mencionaram a relação social de mulheres e homem e igualdade entre direitos feminino e masculino. Os demais (6) associaram a qualidade, estilo musical, adjetivo, etc. Vale ressaltar que ao final das entrevistas foi esclarecido o significado quanto à equidade de gênero.

Lideranças Urbanas

Junto às lideranças urbanas, os contatos iniciaram a partir de uma lista fornecida pela coordenação do Giapa de pessoas que participaram de atividades realizadas nos municípios. Em alguns casos, esses contatos foram prejudicados, dado ao período pré-eleitoral. Assim, buscou-se outros contatos com lideranças envolvidas em projetos realizados por outras instituições na Bacia do Apa.

Em Bela Vista foram contatadas quatro mulheres e um homem. Duas entrevistadas fazem parte do Pró-Apa, ONG fomentada pelo Giapa para a organização de um grupo de apoio para dar continuidade nas ações após o encerramento do Projeto. A proposta de fomentar o grupo em Bela Vista considera as diretrizes do Acordo do Apa, que prevê a instalação das Comissões de Coordenação Local (CCL), uma em Bela Vista/BR e a outra em Bela Vista Norte/PY.

Outra iniciativa, o Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteira (GEASF), que conta com a participação de educadores do Brasil e do Paraguai, tendo o Rio Apa como tema gerador. O Grupo foi organizado após oficinas de Educação Ambiental e de Educomunicação, no ano de 2010, realizada pela Mupan e Rede Aguapé, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), dentre outros parceiros. Na ocasião participaram educadores de três escolas do campo do lado do Brasil e de todas as escolas do Paraguai. O Grupo tem realizado

ações para a formação de educadores da região, com encontros e atividades envolvendo a comunidade escolar dos dois países, como um meio de efetivar diálogos sobre a Bacia do Apa, partindo dos currículos escolares.

Na área social, a ONG ASEMA Santa Clara, criada em 2000, localizada no bairro Água Boa, conta com a participação de 18 voluntários da própria comunidade (donas de casa, funcionários públicos e comerciantes). A associação está cadastrada junto a Secretaria de Assistência Social para atender o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - são 97 crianças da comunidade atendidas pela associação (2012), no contra turno.

A Organização Avaré, com recursos familiares, atua há 12 anos com crianças e mulheres, desenvolvendo ações na área social, conforme entrevista com representante da instituição. Outra organização contatada, entretanto sem êxito, foi a Recycle Bel, que faz a coleta, separação e comercialização de recicláveis.

Em Caracol, no ano de 1999, foi criada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol (ACODECOL) que no início desenvolvia ações ligadas às questões culturais e sociais. Segundo relatos, foi verificado que para resolver as problemáticas sociais e culturais, seria necessário o desenvolvimento da extensão rural, já que o município é predominantemente rural, necessitando apoio para produção e comercialização da agricultura familiar. A associação conta com 1.500 pessoas cadastradas como fornecedores da agricultura familiar; oito funcionários; cinco voluntários; e ainda, gerencia o laticínio e a usina de beneficiamento da agricultura familiar. Na ocasião da entrevista (2012) estava sendo instalada a panificação. A produção é distribuída no comércio local e nos municípios da região, atende o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Central de Abastecimento em Campo Grande. Segundo dados, a Acodecold conta com a participação de mais de 30% de mulheres, responsáveis pela produção na agricultura familiar.

Em Porto Murtinho foi identificada a ONG Vida Pantaneira que desenvolve ações voltadas para a comunicação visando empoderamento de jovens. E ainda, a proposta da Secretaria de Assistência Social, desde 2005, intitulada Meninas Cantoras que atende crianças e jovens, e a valorização da mulher para o fortalecimento de vínculos.

No município de Antônio João não foi possível contatos com lideranças para a identificação de organizações atuantes na área socioambiental além das associações de pequenos produtores e sindicato rural.

Autoridades Locais

Os contatos com os responsáveis pelas políticas públicas para mulheres nos municípios partiram de contatos com as Secretarias de Assistência Social por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.); e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para a proteção básica (MDS, 2012).

No município de Antônio João, quanto à participação da mulher na administração municipal foi destacada como valorizada, com maioria nas secretarias coordenações e direção. Segundo informações levantadas durante a entrevista (2012), devia-se ao fato de ser administrada por uma mulher (prefeita) “que tem sua formação e atuação na área da assistência social e se preocupa com as questões”. Entretanto, não existiam políticas específicas (secretaria ou departamento, conselho e delegacia para a mulher) - as ações realizadas atendiam as orientações (nacional e estadual) na área de habitação, assistência social, saúde, entre outras.

Na área da habitação foi possível identificar que durante a implantação de um conjunto com 40 casas, 39 foram mulheres beneficiadas. É importante ressaltar que não existe registro ou monitoramento específico para o levantamento desse tipo de dado, tais como relatórios que exemplifique esse quadro, estão dispersos em diversos departamentos e coordenadorias, ou mesmo Vale Renda (estadual).

Em Bela Vista a participação da mulher na administração municipal foi considerada como efetiva, entretanto, sem políticas específicas. Chegou a ser discutido a criação de uma coordenadoria e do conselho da mulher, mas não foram ativados. O município desenvolve ações de planejamento familiar, de inclusão em programas sociais e habitacionais. No Programa Minha Casa, das 31 casas 94% foi destinada às mulheres. Quanto aos benefícios sociais 87% são de mulheres e 13%

homens como titulares. Segundo relatos, todos os conselhos são constituídos pela maioria de mulheres, bem como as secretarias.

Para efetivar a participação da mulher nos espaços constituídos (secretarias, departamentos, conselhos, etc.) foi citada a valorização e atendimento às políticas públicas para as mulheres. Em relação a grande participação de mulheres na administração pública municipal de Bela Vista foi atribuído à formação e preparação profissional.

O município de Caracol também era administrado por uma mulher em seu segundo mandato (2005/2012), além da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e a Secretaria de Assistência Social, administrado por mulheres. As Secretarias de Saúde, Obras e Serviços, Esporte e Lazer, Desenvolvimento Agrário, Educação e Chefia de Gabinete estão sob responsabilidade de homens. Quanto às ações desenvolvidas para atender as políticas para mulheres ações de prevenção e controle na área de saúde, e os programas habitacionais seguem as orientações da política nacional.

As informações no município de Porto Murtinho foram coletadas junto à Secretaria de Assistência Social, e Secretaria de Saúde com a participação do secretário e diretora do hospital municipal. No município de Porto Murtinho uma mulher ocupava o cargo de vice-prefeita (2009/2012). Em relação ao planejamento e administração, da saúde, de obras e serviços, desenvolvimento agrário, são homens os responsáveis pelas pastas. Já a assistência social, turismo, educação, gabinete e assistência jurídica por mulheres.

Nos conselhos constituídos predominam a participação de mulheres, exceto no Conselho da Criança e Adolescente e o Antidrogas. Nos benefícios de programas sociais, de 40 famílias beneficiadas, 34 são chefiadas por mulheres.

Para ampliar a participação da mulher nos espaços constituídos, desde a construção à avaliação, foi mencionada a necessidade de ações que explicita e motive o desenvolvimento de potencialidades para ampliar a participação em conselhos, fóruns, e até mesmo para ocuparem espaços no legislativo e executivo de Porto Murtinho.

Dentre os municípios da Bacia do Apa, o de Ponta Porã é o que apresenta maior capacidade instalada, mesmo sem ter uma secretaria específica para mulheres, possui o conselho e a delegacia para o atendimento a mulher.

No processo para a Gestão da Bacia do Apa várias organizações governamentais e não governamentais têm desenvolvido ações que corroboram para a implementação do Acordo do Apa. Os processos de construção e transformação são lentos, até que uma determinada política pública se efetive a população é penalizada, de forma que é latente a necessidade de ampliar, fortalecer e garantir a participação nos processos de decisão, principalmente da mulher.

Nas diferentes culturas, as mulheres desempenham papel importante na gestão dos recursos naturais e principalmente da água, como educadora nata, seja nos espaços escolarizados ou na própria família.

O presente diagnóstico aponta a participação da mulher na administração pública, com capacidade técnica e formação. Entretanto, é um número pequeno em relação às demais áreas, necessitando empoderá-las para que participem do processo de gestão, com informações e formação sobre o seu papel.

Considerações finais

O reconhecimento da água como vital para a sobrevivência e manutenção do ser humano e recursos naturais externam o pertencimento e relações socioambientais na Bacia do Apa. Nas diferentes localidades, se depara com o pouco acesso, ou mesmo falta de água, sendo visível a diferença entre a produtividade e renda das propriedades que tem acesso à água.

Como oportunidade a criação do Grupo Pró-Apa pelo Giapa, como agregador e potencializador para a implementação do Plano de Gestão Integrada da Bacia do Apa, independente do cenário político-administrativo. Além de iniciativas e atuação de organização não governamental a partir de projetos de organização e formação de grupos para o empoderamento de atores sociais, contextualizando e respeitando a diversidade da cultura local. Por outro lado, ainda é reduzido o número de organizações locais que atuam com as questões socioambientais.

A participação de mulheres é significativa nas associações dos assentamentos e nos conselhos das diversas áreas, sendo necessário que essa participação seja qualificada. A cultura machista e sexista ainda está presente nos diversos grupos – rural e urbano, bem como a legitimidade dos representantes em geral – assentamentos, comunidades indígenas, lideranças urbanas.

Da capacidade instalada, dos cinco municípios, somente Ponta Porã conta com estrutura específica para atendimento direcionado às mulheres (conselho e delegacia). Os demais contam somente com a Secretaria de Assistência Social que faz o atendimento de prevenção e apoio.

Mesmo que instintiva, sem uma política específica para a mulher, nos municípios do Apa tem-se ampliado a participação de mulheres nos cargos de chefia em departamentos, diretorias e secretarias, galgando espaços antes não acessíveis. Entretanto, faz-se necessária a implementação de políticas públicas garantindo, assim, a efetividade e continuidade das ações, independente da situação política. A participação e fortalecimento da mulher nos espaços constituídos são necessários para o equilíbrio nos processos de decisão, principalmente na gestão da água.

Referências

ANA, Agência Nacional de Águas 2005. *Iniciativas para a Promoção da Gestão Compartilhada e Transfronteiriça na Bacia do Alto Paraguai*. Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai. Campo Grande, MS: ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2005. 84p.

BROCH, S. 2008. *Gestão Transfronteiriça de Águas: o caso da Bacia do Apa*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 247 p

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ministério do Meio Ambiente. Tratado da Bacia do Prata (Brasília, 23/04/1969). Disponível em: http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23 Acesso em: maio/2013

GIAPA (2011) *Diagnóstico Sócio Ambiental Da Bacia Do Rio Apa*. Contrato Fadems/Prefeitura Municipal de Ponta Porã Nº 235/2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ano. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500090#>>. Acesso em: maio/2013.

MDS - *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>. Acesso em: nov/2012.

MUPAN (2010) *Marco Situacional: Gestão Compartilhada da Bacia Transfronteiriça do Apa*.

PERH/MS, *Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul*. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Editora UEMS, 2010. 194p. ISBN: 978-85-99880-24-1

PODER LEGISLATIVO. Republica del Paraguay. Disponível em: http://silpy.congreso.gov.py/main.php?pagina=info_proyectos&&paginaResultado=info_tramitacion&idProyecto=3126 Acesso: maio/2013

ⁱ Projeto Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacias Hidrográficas para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai - GEF Pantanal/Alto Paraguai, com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - Global Environment Facility (GEF) junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) coordenado em um primeiro momento pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), e posteriormente pela Agência Nacional de Águas (ANA).

ⁱⁱ Projeto de Formação de Educadores Ambientais para a Sustentabilidade das Bacias dos Rios Miranda e Apa, Edital FNMA/DEA/MMA (2005/2009).

ⁱⁱⁱ Projeto “Água e Cidadania na Bacia do Apa – uma abordagem sistêmica e transfronteiriça na década brasileira da água”, Edital CT-Hidro/MCT/CNPq nº 15/2005 - Popularização da Ciência: Olhando para a Água.

^{iv} Projeto “Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos”, Edital CASA/2007.

^v Projeto “Fortalecimento das Políticas de Educação Ambiental para o Pantanal: o caso da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa”, Edital *Ecosystem Grants Programme (EGP) IUCN NL* (2008/2010).

^{vi} Projeto “Rio Apa – Unindo dois Povos”, com apoio do Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA), como patrocinador fiscal a ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan) (2010/2011).

^{vii} Projeto “Fortalecimento do Conselho de Águas do Apa para a Gestão Compartilhada”, com apoio do Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA), tendo como patrocinador fiscal o Núcleo de Ecomunicadores dos Matos (NEM) (2010/2011).